

MUNHOZ, Sara R. 2017. O governo dos meninos:
liberdade tutelada e medidas socioeducativas.
São Carlos: EdUFSCar.

Janaina de Souza Bujes
Doutoranda em Antropologia Social/PPGAS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS
jsbujes@gmail.com

No livro “O Governo dos Meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas”, Sara Regina Munhoz realiza uma etnografia dos atendimentos em torno do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, por jovens criminalizados pela prática de ato infracional, na Obra Social Dom Bosco Itaquera, em São Paulo. Fruto das pesquisas desenvolvidas pela autora junto ao grupo Hybris¹, a obra apresenta “a maneira como constroem as medidas socioeducativas, em seu caráter generalizante e individualizante” (MUNHOZ, 2017: 43), tendo este núcleo como um dos espaços que estão atravessados por inúmeras relações entre atores e instituições, entre os quais os jovens circulam, e que compõem a rede de atendimento socioeducativo.

Em um período de quinze semanas de pesquisa etnográfica, Munhoz acompanhou as atividades como voluntária junto à equipe de profissionais, composta por onze funcionários, em sua maioria pedagogos e psicólogos, responsáveis pelo atendimento dos jovens e de suas famílias, nas mediações destes com o Poder Judiciário. Ao longo do estudo, a autora expõe como as medidas cumprem, nos termos de Foucault (2005), um papel de “governamentalidade” destes jovens e de suas famílias. Isto porque as intervenções propostas, através por meio dos técnicos, visam instituir de forma *impositiva* modos de vida e oportunidades que perdurem para além do tempo de cumprimento da medida socioeducativa.

1 Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Socialidades (PPGAS-USP/UFSCar).

Além de acompanhar as práticas de intervenção delineadas pela equipe, Munhoz também percorreu os caminhos de elaboração e circulação das pastas e dos documentos, nos quais os jovens e as medidas são inscritos, conferindo materialidade às práticas de legibilidade e intervenção do Estado. Tais elementos, aparentemente desconexos e fragmentados, fazem parte daquilo que a autora identificou como “encaminhamentos”, que extrapolam o tempo das medidas socioeducativas, e seus (supostos) objetivos, e que compõem uma rede heterogênea (LATOIR, 2012), formada por relações entre os diversos atores, documentos e instituições, os quais constituem a política de atendimento socioeducativo aos jovens criminalizados.

No primeiro capítulo, a autora apresenta o “corredor das medidas”, o espaço no qual circulam aqueles que compõem parte desta rede, composta pelos jovens, seus familiares e a equipe técnica encarregada de fazer aquilo que a autora denomina como “pontes” com o Poder Judiciário. Localizado na lateral do Centro de Formação e Cultura (CFC), prédio em que está situado, é um espaço bem delimitado na Obra Social Dom Bosco Itaquera. Isto porque, conforme a descrição da organização espacial do local, é possível percebê-lo como, simultaneamente, junto e separado dos demais espaços de atividades.

É neste cenário que se produz uma série de narrativas, cujo papel de demarcar, vigiar e separar, contribui na constituição do espaço de circulação dos meninos e dos documentos, além da produção das narrativas das equipes técnicas, quanto aos encaminhamentos e acompanhamentos dos jovens às oportunidades que lhes são ofertadas. Embora não haja uma separação ou restrição explícita da circulação, o espaço é constantemente delimitado, vigiado, quando os diferentes públicos são separados entre o “pessoal das medidas” e o “pessoal do CFC”, estimulando-se, inclusive, a circulação ou permanência no espaço apenas quando em atendimento.

Os jovens, suas famílias e seus documentos são acompanhados, assistidos e estão em constante movimento no “corredor das medidas”. Sua disposição o constitui como um dispositivo de controle e vigilância da circulação, demarcando *quem* e *onde* pode circular, configurando e dando corpo às práticas ligadas às medidas socioeducativas. Desta forma, os jovens criminalizados participam junto com outros meninos das atividades culturais e esportivas do espaço que compõe o CFC; porém, o “corredor das medidas”, disposto na lateral do prédio, é um espaço vigiado para que os outros meninos, que participam das atividades do CFC, evitem por ele circular ou permanecer.

Assim, ainda que sutilmente, o espaço separa, hierarquiza e constitui o caminho interno e externo como um modo de produzir e gerenciar esta população de jovens. Para

que, de modo tutelar e sob vigilância assistida, o Estado se faça presente, oferecendo diversas oportunidades e evitando, com isso, que eles sejam “mordidos” pelo crime (MUNHOZ, 2017: 53), prevenindo, assim, um “mal que se adivinha” (VIANNA, 1999).

No segundo capítulo, Munhoz inicia com a descrição das atividades do núcleo de atendimento das medidas de liberdade assistida, quando propõe uma análise etnográfica dos atendimentos realizados pela equipe aos jovens e aos seus familiares. A partir de um conjunto de saberes específicos, os técnicos produzem diversos documentos e registros, com a escrita de relatórios e propostas de atividades a serem cumpridas pelos adolescentes ao longo dos atendimentos. Neste sentido, a autora demonstra como esta população vai sendo descrita e suas práticas vão sendo registradas, ganhando legibilidade pelos aparatos governamentais. Assim, não apenas os saberes e as percepções dos técnicos acerca dos jovens criminalizados produzem este grupo e seus documentos, mas também contribuem para orientar aos juízes sobre as possibilidades de ressocialização ou de extinção das medidas destes adolescentes.

Munhoz explora, através de sua observação participante, a ideia de *oportunidade* que está constantemente sendo acionada no curso das medidas, em uma aliança entre assistência e repressão. O atendimento é entendido pelos técnicos como um conjunto de atividades que devem ser realizadas ao longo da medida e que serão descritas em documentos e relatórios. Compete à equipe técnica acompanhar, orientar e encaminhar o cumprimento da medida pelo adolescente. Isso envolve atividades que variam entre oficinas (de formação, profissionalização, documentos etc.), passeios ou acesso a serviços públicos exigidos pelo Juiz (educação, acompanhamento de saúde etc.), além de estimular a família para que também participe de atividades prescritas, como Grupos de Família ou Terapias Comunitárias.

Neste sentido, a forma como as famílias são engajadas a participar nas atividades e aquilo que os técnicos entendem como indispensável, para um adequado cumprimento das medidas, emerge na descrição etnográfica e traz à luz a dimensão de intervenção das medidas socioeducativas entre todas as pessoas que se relacionam com o jovem criminalizado. Nos registros sobre a “dinâmica familiar”, os controles da vida familiar e, sobretudo da mãe, a responsabilidade de evitar os desvios e buscar a reestruturação do jovem são mecanismos constantemente acionados — assim como a formação de um vínculo com os técnicos, cujo papel de ponte com o Juiz é fundamental —, como estratégias importantes para que o processo de socioeducação seja satisfatório.

As funções que a equipe técnica acredita que deva desempenhar nas relações

com os jovens e seus familiares, ao delinear os atendimentos a partir da determinação judicial, assumem uma dimensão central no curso do cumprimento das medidas. Segundo Munhoz (2017: 83), eles são entendidos como “pontes”, na medida em que os técnicos constroem, através dos documentos, os adolescentes que pretendem revelar e são eles, também, capazes de interceder pelos jovens e suas famílias junto aos juízes. Assim, o trabalho da equipe envolve uma série de estratégias de convencimento que variam desde mecanismos disciplinares que passam por ameaças, pelo caráter obrigatório, punitivo e responsabilizador das medidas, até as narrativas de oportunidades como transformadoras de vida, seja nas conversas com os jovens e suas famílias, seja na elaboração dos relatórios e dos documentos aos juízes.

No capítulo três, Munhoz atém-se na descrição da elaboração e da circulação dos documentos que compõem e materializam o cumprimento da medida socioeducativa. Especialmente, “na forma como os técnicos se esforçam por fazer com que os documentos tenham agência quando circulam entre o núcleo e o Poder Judiciário” (MUNHOZ, 2017: 109). A autora demonstra o papel que estes artefatos desempenham, na medida em que são indispensáveis para comunicar as atividades realizadas no curso dos atendimentos e que carregam as narrativas que produzem os jovens para os quais as medidas se destinam. Além disso, evidenciam um rol específico e limitado de possibilidades que são constituídas e oferecidas nas práticas da socioeducação.

Neste sentido, a equipe investe boa parte do seu tempo e dos seus esforços na reflexão sobre como desempenhar este trabalho. A elaboração destes registros adquire centralidade como parte do atendimento pelo esforço para equacionar uma forma de escrita e o estabelecimento de metas padronizadas conforme a especificidade de cada jovem e considerando as variações constantes que os atendimentos envolvem. Se para a maioria dos técnicos seria sua missão o oferecimento de oportunidades e de orientação, para que os jovens cumpram adequadamente suas medidas, eles também sabem que cabe a eles o domínio preciso de termos, expressões e argumentos da linguagem técnica ao apresentar suas percepções sobre os jovens atendidos, as atividades que desempenham e suas possibilidades de ressocialização àqueles que, finalmente, têm o poder de decisão: os juízes.

Assim, a autora nos apresenta a multiplicação dos registros e documentos, que se inicia no termo de entrega (que formaliza a “entrada” do jovem no núcleo Dom Bosco e traz as medidas que ele deverá cumprir com a duração de cada uma delas), passando pelo Relatório Inicial (que contém informações sobre a escolarização, a documentação, a situação familiar e uma breve avaliação do técnico) e, posteriormente, o Plano Individual

de Atendimento (chamado por sua abreviatura, PIA, que é o documento previsto em lei e exigido judicialmente, que servirá de base e marcará o início do cumprimento da medida).

Munhoz descreve o esforço dos técnicos para produzir os documentos e como estes artefatos, ao circular entre o núcleo e o Poder Judiciário, contribuem na construção de meninos específicos, os quais são acessados pelos juízes apenas através destes documentos. É possível observar o protagonismo dos documentos para que os meninos “deem entrada” no sistema e sejam registrados no núcleo, quando precisam se apresentar-se com os seus pais ou responsáveis, levando o “Termo de Entrega sob Responsabilidade”, para dar início ao cumprimento da medida ali definida (MUNHOZ, 2017: 112-113).

É a partir deste documento que uma série de outros registros e de determinações são produzidos e que informarão as possibilidades de manejo destes jovens (Ordem de Execução, Plano Individual de Atendimento, Relatório Inicial, Ficha de Movimentação de Caso etc). Da entrega do termo às secretárias, conferindo existência aos meninos quando ele são inseridos no sistema e passam a ter uma pasta, os documentos registram as exigências e os silêncios, as possibilidades e os limites dos atendimentos. Estes artefatos, ao se multiplicarem em seus anexos, com as diferentes linguagens e lógicas que são acionadas na produção das narrativas, conferem existência a estes jovens e servem como provas que materializam não apenas o cumprimento das medidas, mas os processos de legibilidade e produção de conhecimento, característicos das burocracias estatais (RILES, 2006).

Assim, a análise etnográfica dos documentos, realizada pela autora, permite um olhar diferenciado que ilumina o “ato de documentar” nas práticas dos técnicos, isto é, como ele é feito, o que significa e quais os efeitos que produzem nos diferentes contextos e espaços pelos quais estes documentos circulam (LOWENKRON; FERREIRA, 2014). Se antes o plano de ação, previsto nos contratos de compromissos, não precisava ser encaminhado ao Judiciário e permitia maior flexibilidade para sofrer alterações, com as modificações legais e a obrigatoriedade de apresentação do PIA ao juiz, os técnicos investem um tempo considerável para produzir documentos cujo modelo atenda às expectativas legais e judiciais, garantindo algum espaço criativo.

Através do debate e confecção dos modelos destes documentos, os técnicos detém certo controle sobre os relatos, os limites e as possibilidades de cumprimento das medidas. Com expressões ou termos mais genéricos ou abstratos, eles conseguem não só descrever o que ocorreu e atender o “sistema duro das legislações”, mas englobar uma gama mais ampla de ações da “vida móvel”, criando margens para modificações, imprevistos ou

possibilidades futuras que possam surgir no curso das medidas (MUNHOZ, 2017: 115). Neste processo de produção de documentos, é possível percebê-los como significativamente semelhantes, isto é, como várias versões ou resumos dos atendimentos, dotados de uma série de artifícios políticos, através dos quais os técnicos precisam controlar **o quê** e **como** dizer, pois estes documentos “são janelas através das quais o juiz vê o menino — da maneira que o técnico o quer apresentar” (MUNHOZ, 2017: 142).

Para Munhoz, este esforço argumentativo para descrever suas percepções e ocultar aquilo que acreditam que possa afetar os jovens e suas famílias, não se trata de manipulação dos relatórios, mas uma tentativa de mobilizar o saber técnico, aliado com o conhecimento sobre a trajetória dos jovens e de suas famílias, para convencer o juiz de que as oportunidades e os encaminhamentos foram realizados. E que, em última instância, a opção de seguir tais orientações é do jovem e de sua família, considerando que a medida “tem tempo” para ser cumprida. E em especial, como os técnicos articulam as práticas de atendimento ao contexto de cada adolescente, considerando as limitações e as possibilidades das oportunidades existentes, até o término das medidas. Desta forma, a autora destaca a dimensão relacional que envolve a construção e reconstrução dos saberes, das práticas e dos documentos que, na medida em que são produzidos, também produzem, na sua circulação, as decisões sobre os atendimentos e as suas medidas.

Seguindo na análise das narrativas produzidas nestes documentos, no capítulo quatro, Munhoz problematiza a ideia de ressocialização que, nas práticas da socioeducação do núcleo, está constantemente relacionada à noção de oportunidade. A autora aponta que os técnicos consideram, pelo menos, três variáveis para avaliar a ressocialização dos jovens. A primeira relaciona-se com o número de atividades realizadas na (ou pela) medida socioeducativa, as quais estão previstas na legislação, são exigidas pelo juiz e acompanhadas pela equipe técnica, quando denotam o amadurecimento dos jovens. Cabe aos técnicos a complexa tarefa de manejar e individualizar o atendimento, em um espaço de flexibilidade relativa, considerando as opções possíveis e exigências judiciais, delineando as atividades propostas aos jovens. Dos adolescentes, eles esperam iniciativa (expressa pelo engajamento e pelo cumprimento das etapas) e avanço, isto é, que desenvolvam autonomia como cidadão e capacitação para o trabalho, algo entendido como um atendimento bem-sucedido de ressocialização.

Para atingir os objetivos da medida, um outro elemento levado em conta pelos técnicos é o tempo de realização das atividades. Segundo Munhoz, para que os efeitos sejam potencializados ao máximo, a partir das características de cada adolescente e como parte do processo de individualização dos atendimentos, é tarefa dos técnicos avaliar e

equacionar o tempo das medidas, sinalizando ao Juizado para que este não seja demasiado curto ou demasiado longo. Esta individualização, que é apresentada aos jovens como uma oportunidade de mudança de vida, envolve uma série de práticas de poder tutelar (SOUZA LIMA, 2002) que, como bem demonstrado pela autora, extrapolam a proporcionalidade e a dimensão punitiva do ato infracional cometido. Tais práticas atravessam não só a constituição destes sujeitos (como pessoas em desenvolvimento) mas também de suas famílias e para além do tempo da medida.

Por fim, Munhoz traz os debates das equipes e a relação dos técnicos com o Poder Judiciário nas audiências sobre o cumprimento das medidas. É neste momento que emergem as divergências entre aquilo que as equipes entendem como mais adequado, considerando suas experiências cotidianas e vivências com os jovens, e as percepções dos julgadores sobre os objetivos pretendidos (e alcançados) nas medidas. Daí a importância do papel das equipes técnicas (enquanto mediadoras entre os jovens e suas famílias e destes com a rede de atividades e com o poder judiciário) e a centralidade dos documentos produzidos por elas (ante a multiplicidade de leis e diretrizes), uma vez que o cumprimento da medida socioeducativa possui uma dimensão extralegal, acessível aos juízes apenas através dos técnicos e dos documentos produzidos por eles.

No entanto, o poder-saber dos técnicos é, simultaneamente, amplo (quando produzem os documentos e os jovens sobre os quais e pelos quais falam) e limitado (quanto aos efeitos e as definições de ressocialização). Dessa forma, os efeitos deste poder lhes atravessam, mas não lhes compete a decisão final, fazendo com que não seja possível prever seguramente seus desdobramentos. A possibilidade de extinção da medida é sempre incerta e, neste sentido, este espaço discursivo precisa ser encarado constantemente como local de disputas sobre o que se entende por ressocialização.

Em suma, o trabalho de Munhoz traz à luz as dinâmicas da socioeducação no cumprimento das medidas em meio aberto que não incidem apenas sobre o jovem por seu ato infracional, mas também envolvem o seu núcleo familiar, em um constante jogo de visibilidade e vigilância, que está para além da lei e do Poder Judiciário. Ao expor uma rede heterogênea de intervenções e os processos estatais de legibilidade, a autora demonstra como o poder se realiza nas suas práticas tutelares, constitutivas e pedagógicas e que, ensinando a “ser”, administra sujeitos dentro de uma lógica de mercado, valores, estatísticas, metas e oportunidades, reproduzindo hierarquias em diversos modos de governar.

Referências:

- FOUCAULT, Michel. 2005. *Microfísica do poder*. 21 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- LATOUR, Bruno. 2012. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador, Bauru: Edufba, Edusc.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. *Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers*. in: *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 2. July/December. Brasília, ABA. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v11n2/laura-lowenkron-leticia-ferreira-anthropologicalperspectives-on-documents-ethnographic-dialogues-on-the-trail-of-police-papers/>> Acesso em 24/01/2018.
- RILES, Annelise (ed). 2006. *Documents: artifacts of modern knowledge*. AnnArbor: The University of Michigan Press.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2002. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: ____ (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Dumará/UFRJ, p. 11-22.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. 1999. *Mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/MN.

Recebido em 04 de julho de 2018

Aceito em 28 de agosto de 2018